



O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)
150 anos da 1ª Batalha de Tuiuti - 400 anos da fundação de Belém do Pará
ANO 2016 Janeiro N° 162**

JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS - A METÁFORA DE UM REVOLUCIONÁRIO -

Irene Rodrigues de Oliveira(*)

Apresentar uma biografia política de qualquer personagem é uma tarefa bastante audaciosa, pois, cabe ao historiador tomar emprestado do biografado os fatos que deram significado à sua existência, e como que numa caixa de Pandora, retirar dali fatos já passados para dar-lhes, novamente, vida e significado, reconstruindo novas trajetórias e novas abordagens.

Para tanto, não é permitido ao biografado eximir-se das vicissitudes criadas pelo próprio fazer, levando-se em conta os condicionantes históricos, políticos e econômicos que influenciaram mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando ao mesmo tempo cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios.

Portanto, a biografia política é um campo que não está isento de análise e interpretações, permitindo ao historiador tirar partido dos procedimentos e descobertas para trazer novas contribuições a um campo ainda em construção: a História Política. Segundo LEVILLAIN,

“a biografia pode ser um empreendimento de homologação seja do conhecimento adquirido, seja

das ideias prontas sobre um homem, seja das relações entre um sistema político e a coletividade.”¹

O presente trabalho tem como objetivo situar João Alberto, enquanto *revolucionário*, procurando tangenciar a sua trajetória política com os elementos do partido comunista e, ao mesmo tempo ressaltar a passagem da postura liberal ao status de autoritário e corporativista que se dá, principalmente com o advento da revolução de 30.

Nascido em Recife no dia 12 de junho de 1897, numa numerosa família de 15 filhos, João Alberto Lins de Barros iniciou seus estudos e aos 15 anos matriculou-se na Escola Politécnica, o que lhe permitiu obter o título de engenheiro-geógrafo.

Em 1919 matriculou-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, da qual saiu Aspirante-a-Oficial da arma de Artilharia em janeiro de 1922 e nesse mesmo ano foi promovido a segundo-tenente.

Segundo Juracy Magalhães,

“depois do fim da Primeira Guerra, (...) nosso Exército estava desparelhado e decadente: soldados descalços, sem farda-

¹ Philippe LEVILLAIN. **Os protagonistas: da biografia.** In: René REMOND. **Por uma história política.** p. 155.

mento e às vezes até sem quartéis ou viaturas. Pagamentos atrasados. Nenhuma instrução. Nem campos de exercícios existiam. (...) O ideal de mudar tudo aquilo e avançar dentro dos padrões do mundo civilizado transmitiu-se aos tenentes da nossa geração. Por isso nos consideravam adeptos do comunismo, do anarquismo e de uma porção de outros 'ismos'. Na verdade, procurávamos, (...) defender os interesses do povo que considerávamos àquela altura, ignorante e incapaz de se mobilizar sem nosso apoio.”²

Em maio de 1922, Artur Bernardes foi vitorioso nas eleições para a Presidência da República. Longe de trazer a tranquilidade ao país, a vitória de Bernardes iria provocar, ao lado de outros fatores, o levante dos “18 do Forte”, marco inicial das revoltas tenentistas que se estenderiam por toda a década de 1920, culminando na revolução de 1930.

João Alberto aderiu ao movimento e participou da preparação do levante deflagrado na Escola Militar em 5 de julho de 1922, no forte de Copacabana e na Vila Militar, no Rio. Ficou confinado por cinco meses na fortaleza de Santa Cruz, entrando em contato com outros oficiais que, sob a orientação de Juarez Távora, preparavam um novo levante.

Segundo Anita Leocádia,

“(...) os ‘tenentes’ - em sua esmagadora maioria tenentes e capitães do Exército e, em menor grau, da Marinha - pelas suas origens sociais ocupavam uma posição intermediária na estrutura

de classes da sociedade brasileira.”³

Transferido para a guarnição de Alegrete (RS), travou conhecimento com outros oficiais engajados no movimento tenentista, entre os quais o capitão Luís Carlos Prestes, do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (RS).

Em Alegrete, deparou-se com a notícia do movimento deflagrado em 5 de julho de 1924 que alcançou grandes proporções em São Paulo e foi foco inspirador de outros movimentos. Em 1925, formou-se a Coluna Prestes, com o fim de expandir a campanha contra o governo. Juntando-se a Prestes, esteve em combate, marchando com a coluna até 3 de fevereiro de 1927.

O movimento tenentista angariava a simpatia dos mais variados segmentos da sociedade, tanto que, no II Congresso do PCB, realizado em maio de 1925, grande parte das teses apresentadas durante o encontro procurava explicar as revoltas tenentistas, de 1922 e 1924, como manifestações das contradições fundamentais da sociedade brasileira.

A maior parte da coluna acompanhou Prestes e se fixou na cidade boliviana de La Gaiba. Em dezembro de 1927, a direção do partido enviou Astrojildo Pereira à Bolívia com o intuito de propor a Prestes uma aliança entre o proletariado revolucionário e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da coluna e de seu comandante, mas não obteve resultado.

Durante o III Congresso,⁴ foram discutidas teses sobre as revoltas de 1922 e 1924, o que serviu para a formulação da teoria da “terceira força”. Essa teoria previa uma terceira explosão revolucionária após os momentos de 1922 e 1924, incluindo neste último, a Coluna Prestes. Posteriormente, ao ser convidado a se candidatar à presidência da República, com o apoio de uma frente única formada pelo PCB e a Coluna, Prestes não aceitou.

João Alberto afastou-se do trabalho conspiratório e, com falsa identidade de

² J. A. GUEIROS. **Juracy Magalhães, o último tenente..** p. 45.

³ Anita Leocádia PRESTES. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** p. 11.

⁴ Niterói, 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929.

Nelson de Castro, começou a trabalhar como engenheiro, até receber um chamado de Prestes em Porto Alegre, pois a campanha presidencial já estava em curso, polarizada entre as candidaturas do paulista Júlio Prestes, situacionista, e o gaúcho Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal.

Alguns líderes aliancistas já pensavam na tomada de poder, caso as expectativas eleitorais fossem frustradas. A atividade foi intensificada depois da vitória do candidato situacionista no pleito de 3 de março de 1930.

Nos primeiros dias de maio, os antigos líderes da Coluna reuniram-se na capital argentina e tomaram conhecimento da intenção de Prestes de lançar um manifesto rompendo com a Aliança Liberal e conclamando o povo à luta por uma verdadeira revolução. Ao contrário dos seus companheiros, João Alberto considerava a Aliança Liberal uma frente limitada às classes dominantes e, portanto, incapaz de realizar uma revolução agrária e antiimperialista. Tachava o movimento de manobra reacionária forjada pelos imperialismos britânico e americano para controlar a América Latina. O papel da Aliança Liberal era finalmente qualificado de contra-revolucionário.⁵

Em fins de maio, João Alberto rompeu definitivamente com Prestes, declarando que só voltaria a Porto Alegre quando todos estivessem preparados para a luta.

A evolução da conjuntura política brasileira favoreceu o projeto revolucionário. João Alberto passou a integrar o grupo de comando da revolução, que obteve êxito em pouco tempo. Em 24 de outubro, o presidente Washington Luís foi deposto e substituído por uma junta militar que escolheu militares para exercerem provisoriamente os governos estaduais.

Vargas tomou posse, em 3 de novembro, à frente do Governo Provisório. Miguel Costa foi nomeado comandante da Força Pública paulista, passando a deter, junto com João Alberto, o controle das decisões relativas à ordem pública e à segurança no estado, fator de permanente conflito entre as lideranças tenentistas e as forças políticas tradicionais de São Paulo.

João Alberto autorizou o funcionamento legal do Partido Comunista Brasileiro – então Partido Comunista do Brasil (PCB) – e a criação da Sociedade dos Amigos da Rússia. Ameaçou confiscar as fábricas que não cumprissem as primeiras medidas sociais decretadas pelo novo governo (aumento salarial de 5% e redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas); e, junto com Miguel Costa e com o Coronel João Mendonça Lima, fundou em 13 de novembro a Legião Revolucionária, voltada para garantir a realização das reformas reivindicadas pelos “tenentes”.

Vargas nomeou João Alberto para o cargo de interventor federal no estado e, no dia 4 de dezembro, divulgava a composição de seu novo governo, criando inclusive uma nova secretaria, a da Segurança Pública, confiada a Miguel Costa.

A Comissão de Organização Municipal formada por João Alberto continuou substituindo prefeitos vinculados às forças políticas tradicionais, enquanto a Delegacia de Ordem Política e Social intensificava a censura e a vigilância sobre as atividades políticas do Estado – agravando assim dois importantes focos de tensão.

As posições do PD e de João Alberto eram conflitantes. O primeiro defendia a imediata reconstitucionalização do país e o Interventor era partidário de uma maior centralização de poderes, participando, inclusive, do chamado “Gabinete Negro”, grupo de líderes da Revolução de 1930 que continuava a se reunir periodicamente com Vargas. Integrou o grupo que liderou, em janeiro de 1931, a formação do Clube 3 de Outubro, organização tenentista de âmbito nacional com visão centralizadora e anticonstitucionalista.

O crescimento da Legião Revolucionária acirrou a tensão existente entre essa organização e as forças políticas tradicionais; especialmente o PD e o Partido Republicano Paulista (PRP). Descontentes, oficiais da Força Pública e membros do PD articularam um levante contra o interventor e o secretário de Segurança. Deflagrado em 28 de abril de 1931 o movimento foi rapidamente sufocado com a prisão de mais de duzentos revoltosos e a posterior transferência de vários oficiais do Exército para outras regiões do país, inclusive o general

⁵ J. A. GUEIROS. **Juracy Magalhães, o último tenente.** p. 96.

Izidoro Dias Lopes, substituído pelo general Góis Monteiro no comando da 2ª RM.

O crescimento da Legião Revolucionária causava atritos com diferentes grupos políticos e setores sociais. Acusada de comunista por seus adversários conservadores e de demagógica por Luís Carlos, essa organização era alvo também de desconfianças dos setores mais organizados da classe operária, que não aceitavam o enquadramento da estrutura sindical conforme os planos oficiais.

Mesmo afastado da interventoria, João Alberto continuou a interferir na situação de São Paulo, marcada pelo agravamento do conflito entre elementos tenentistas e as forças políticas tradicionais.

Em 13 de janeiro de 1932 o PD lançou manifestos rompendo com o governo federal e conclamando a população a lutar pela imediata constitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual.

Pouco depois, o PRP fez o mesmo, iniciando o processo de união dos dois grandes partidos locais, o que resultou na formação da Frente Única Paulista (FUP).

João Alberto declarou em nome do Clube 3 de Outubro, que a luta pela reconstitucionalização era encabeçada por elementos que pretendiam destruir a revolução, mas que, mesmo assim, os “tenentes” não afastavam a hipótese de aceitar esse desafio, o de transformar o Clube em partido político e disputar o poder por meios legais. A intensificação das manifestações populares promovidas pela FUP, levaram Vargas a preparar um estudo para a Constitucionalização do país, que resultou no Código Eleitoral decretado em 22 de fevereiro de 1932.

João Alberto foi nomeado Chefe de Polícia do Distrito Federal. Nesse cargo, criou a Polícia Especial, especializada em reprimir distúrbios de rua, prendeu diversos políticos acusados de conspirar contra o governo e se manteve atento à evolução da situação paulista, que se tornou crítica a partir da formação, em 23 de maio, de um secretariado composto exclusivamente por membros da FUP.

A situação de São Paulo se radicalizou de tal modo que não foi possível ao governo federal evitar a deflagração de Revolução constitucionalista em 9 de julho,

dando início a uma guerra civil de grandes proporções.

José Carlos de Macedo Soares escreve a Vargas, dizendo que a interferência de João Alberto representava um obstáculo ao trabalho de normalização pois este insistia em adotar uma posição repressiva. Acusando-o de “cigano, ambicioso e aventureiro”, afirmava que sua influência continuava viva no estado graças aos formidáveis recursos de dinheiro, aos enormes recursos políticos e aos terríveis recursos de violência.

O declínio das organizações tenentistas ficou evidenciado durante o congresso revolucionário realizado em novembro de 1932, ocasião em que os setores mais radicais dos “tenentes” não tiveram o menor espaço.

João Alberto participou do encontro que resultou na fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo programa enfatizava a necessidade de sobrepor os interesses nacionais aos regionais. No início de 1933, João Alberto e Juarez Távora tentaram dotar os agrupamentos políticos de tendência tenentista de uma plataforma única em nível nacional, tendo em vista as eleições constituintes.

Com esse objetivo, articularam a União Cívica Nacional, oficialmente fundada em 24 de março de 1933, e tentaram sem êxito atrair o PSB para esse projeto. João Alberto retornou à chefia da polícia do Distrito Federal, no início de 1933. Deixou a chefia da Polícia em abril de 1933 para concorrer no mês seguinte à Assembleia Nacional Constituinte por Pernambuco, na legenda do Partido Social Democrático (PSD) local.

A Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 e Vargas se tornou presidente da República. Os mandatos dos constituintes foram estendidos até maio de 1935.

João Alberto conquistou uma cadeira na Assembleia Constituinte de Pernambuco, reunida a partir de abril de 1935.

Por essa época, a luta política ganhou novos rumos. A Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista, experimentou notável crescimento, levando partidos de esquerda, sindicatos e outras organizações a formarem a Aliança Nacional

Libertadora (ANL) para lutar contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo.

Luís Carlos Prestes foi eleito, em março de 1935, presidente de honra dessa entidade, convidando seus antigos companheiros da Coluna e das rebeliões da década de 1920, para aderirem ao movimento.

Consultado, João Alberto respondeu que, embora concordasse com diversos pontos do programa e considerasse o governo federal desacreditado, não ingressaria na ALN porque precisava recuperar-se dos desgastes sofridos nos últimos 13 anos.

Na ocasião, Prestes manifestou-se chamando João Alberto de traidor dos ideais de Siqueira Campos.

A ANL foi declarada ilegal pelo governo em julho de 1935 e, sob a influência dominante do PCB, definiu uma orientação insurrecional que conduziu à revolta de novembro do mesmo ano, rapidamente dominada.

Luís Gonzaga Lins de Barros, irmão de João Alberto, foi uma das milhares de vítimas da onda de repressão subsequente, permanecendo preso até maio de 1937. O ex-interventor em São Paulo, no entanto, não foi atingido pelas perseguições.

Ainda em 1935, equiparado no serviço diplomático a ministro de primeira classe, João Alberto viajou aos USA a fim de estudar as possibilidades de fomento das exportações de café. Enquanto diplomata, atuou junto ao Ministério das Relações Exteriores, internamente e em outros países.

Em 1939, assume a chefia da recém-criada Comissão de Defesa da Economia Nacional, criada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Voltou a exercer missão diplomática no exterior entre abril de 1941 e julho de 1942, como embaixador no Canadá, o primeiro que o Brasil enviou àquele país.

A entrada formal do Brasil na Segunda Guerra, decretada em agosto de 1942, reforçou as tendências intervencionistas sobre a economia, manifestadas desde a implantação do Estado Novo.

As dificuldades crescentes no comércio mundial levaram o governo a extinguir a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a criar, em 28 de setembro de 1942, a Coordenação de Mobilização Econômica, com atribuições mais amplas, cujo

objetivo era organizar a economia de guerra em consonância com os acordos de Washington, comprometendo-se em fornecer as matérias-primas necessárias para a guerra, em troca de financiamentos norte-americanos para projetos industriais no Brasil.

João Alberto preside o novo órgão, que passou a funcionar como um super-ministério, com amplos poderes para intervir nas atividades econômicas, especialmente na fixação de preços e salários, na determinação de metas de produção, nos problemas de abastecimento e no planejamento do sistema de transportes.

Subordinada diretamente a Vargas e sediada no Rio de Janeiro, a coordenação estava presente em todo o país através de escritórios regionais ou representantes. Uma das primeiras preocupações do novo órgão foi coordenar o projeto, financiado pelo governo norte-americano, de fixar 50 mil homens na produção da borracha na região amazônica.

Foi criado então o Serviço Especial de Migração de trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mas, apesar dos esforços dispendidos, o número de trabalhadores no setor não ultrapassou 10.500 em 1943 devido à ausência de infra-estrutura na região. Esse resultado levaria, em dezembro de 1943, à extinção da SEMTA e à criação da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, que conseguiria fixar até 1945 um total de 22 mil pessoas na produção da borracha.

O início das atividades dos serviços de racionamento e abastecimento da coordenação, em maio de 1943, provocou o tabelamento do pão, açúcar e carne, gerando protestos dos produtores e a rápida formação de um significativo mercado negro. As indústrias de tecidos, aniagem, calçados e remédios foram submetidas a uma rigorosa regulamentação para garantir a produção de artigos populares de qualidade e preços inferiores.

Com o objetivo de explorar novas riquezas para fins industriais, esvaziar o centro das grandes metrópoles, até então ocupados por vagabundos e desordeiros, fixar brasileiros em territórios não habitados das regiões Centro-Oeste e Norte, foi

criado o movimento que ficou conhecido como *Marcha para o Oeste*.

Para organizar os trabalhos foram criados dois órgãos institucionais: a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. O primeiro tinha como objetivo mapear e desbravar o território desconhecido. O segundo era responsável por implantar núcleos populacionais nos pontos indicados pela Expedição. Partindo em junho de 1943, fundou as cidades de Aragarças (GO) e Xavantina (MT). Sua gestão frente a esse órgão foi duramente criticada por Carlos Teles no livro Retrato de João Alberto e de uma época, publicado em 1946.

Durante o ano de 1944, as vitórias aliadas na guerra e o avanço das pressões pela redemocratização brasileira enfraqueceram o Estado Novo e começaram a influir sobre o posicionamento de personalidades ligadas ao regime.

No início de agosto, a polícia impediu a cerimônia de posse de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, na vice-presidência da Sociedade Amigos da América, entidade civil de oposição ao Estado Novo. Osvaldo Aranha pediu demissão de seu cargo, sendo imediatamente acompanhado por João Alberto.

No esforço de aproximação com setores militares descontentes, liderados pelo general Góis Monteiro, Vargas nomeou João Alberto para a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública em 9 de março de 1945, quando o esgotamento do Estado Novo já era nítido e o processo de transmissão estava configurado. Cinco dias depois, João Alberto comunicou a queda de incomunicabilidade do líder comunista Luís Carlos Prestes, preso desde 1936.

O nome de João Alberto chegou a ser cogitado para concorrer à presidência da República, polarizada principalmente em torno das candidaturas do general Eurico Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, a luta política não caminhou em direção ao consenso. Como resposta ao crescimento da oposição liberal o *movimento queremista* pedia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Vargas no poder.

Góis Monteiro alertou todos os comandantes de regiões militares sobre sua iminente renúncia em protesto contra as

mudanças. Horas depois, os chefes das três armas decidiram depor o presidente, fato concretizado na madrugada do dia 30, quando Getúlio, pressionado, renunciou e deixou com João Alberto um breve manifesto ao povo brasileiro.

Afastado da chefia da polícia, João Alberto ingressou no Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a eleição do general Dutra à presidência da República no dia 2 de dezembro de 1945, tornando-se ferrenho partidário de seu governo, iniciado em 31 de janeiro de 1946.

Em fevereiro foi nomeado presidente do Conselho de Emigração e Colonização. Eleito vereador do Distrito Federal na legenda do PTB em 1947, chegou a exercer a presidência da Câmara Municipal até renunciar ao mandato. Em 1949, ficou à disposição da secretaria da Presidência da República.

Com o início do segundo governo constitucional de Getúlio Vargas em janeiro de 1951, voltou a ocupar cargos técnicos na administração federal e a realizar missões no exterior.

João Alberto foi presidente da Companhia Transcontinental de Aviação, diretor superintendente da Rádio Mayrink Veiga, fundador e primeiro presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, tendo participado também da criação da Fundação Getúlio Vargas. Pioneiro em histórias em quadrinhos, foi também músico e compositor chegando a ocupar a presidência da Orquestra Sinfônica Brasileira. Entre as peças de sua autoria, destaca-se o Hino ao Brasil Central.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1955.

João Alberto tem uma trajetória política bastante polêmica.

Se João Alberto tinha conseguido o status de revolucionário, por decorrência dos movimentos tenentistas, na década de 20, o mesmo não vai ocorrer com a chegada de Vargas ao poder. O ascenso do movimento tenentista aos postos governamentais, surge como uma “potência governamental absoluta”, realizando assim um tipo específico de representação da classe média. Porém, o governo do tenentismo revelou as inconsistências de um grupo pouco integrado, cujos objetivos nem

sempre foram coerentes no âmbito político e ideológico.

A interventoria de João Alberto é o exemplo mais expressivo da inarticulação tenentista e da falta de coerência entre seus próprios quadros. Aliando-se aos interesses dos cafeeiros de São Paulo, abandonava a causa revolucionária e procurava se compor com adversários mais diretos, evidenciando que seu comportamento estava em desacordo com os princípios do Clube 3 de outubro.

Se *“os tenentes tinham sido instrumento de Vargas para impedir que os grupos políticos de São Paulo alcançassem o poder no estado”*⁶, João Alberto vai aderir aos interesses dos banqueiros, tornando-se defensor da modernização conservadora e da conseqüente industrialização do país, tornando-se importante aliado dos interesses norte-americanos. Como nos diz Marc Bloch, *“não cabe ao historiador julgar, mas, sem perder a capacidade crítica, compreender”*.

Neste caso, compreender o quê?

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário - Parte I: a marcha da coluna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1976.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência; a polícia na era de Vargas**. Brasília: UnB, 1993.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 30: história e historiografia**. 15.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GUEIROS J. A. **Juracy Magalhães, o último tenente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de [et al.]. **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987.

PRESTES, Anita Leocadia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e terra, 1999.

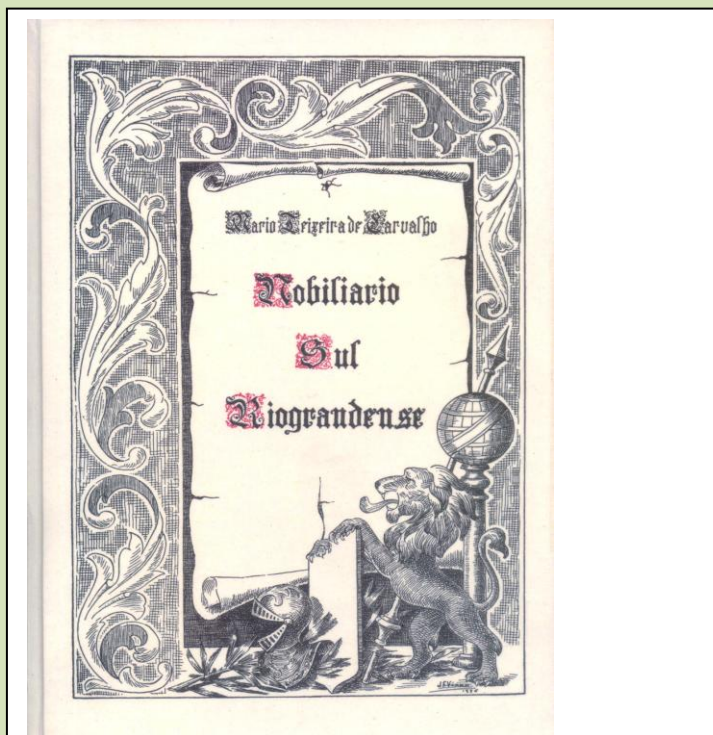
_____. **Uma epopéia brasileira: a coluna Prestes**. São Paulo: Moderna, 1995.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REZENDE, Antonio Paulo. **Uma trama revolucionária? Do tenentismo à revolução de 30**. 6. ed. São Paulo: Atual, 1990.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

(*) Educadora



A AHIMTB/RS coloca à disposição dos Seus Integrantes o

“Nobiliário Sul Riograndense”

(capa acima) com as biografias de personalidades do passado.

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Presidente da AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com

X-X-X-X-X-X-X-X

Acessem os sites
www.ahimtb.org.br
www.acadhistoria.com.br
e
sitecastelobranco.com

⁶ Boris FAUSTO. **A revolução de 30**. p. 77.